



Construção e implementação do curso técnico profissionalizante e cursos FIC em agroecologia para população indígena Parakanã do Tocantins e Kayapó, no Sul e Sudeste do Pará

Construction and implementation of the professional technical course and FIC courses in agroecology for the indigenous population: Parakanã in the Tocantins and Kayapó in the South and Southeast of Pará

PARAKANÃ, Tiwia¹; PARAKANÃ, Apyiona¹; PARAKANÃ, Wariwera¹; KAYAPÓ, Takwry²; KAYAPÓ, Takakdham²; DA COSTA, Richelly³; PROCOPIO, Joari⁴; COSTA, João⁵; SOARES, Camilo⁶

¹ IFPA; ² IFPA; ³ FUNAI/PPGAA, limacostam@gmail.com; ⁴IFPA, joari.procopio@ifpa.edu.br; ⁵FUNAI, joao.raulino@funai.gov.br; ⁶FUNAI, camilo.soares@funai.gov.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA POPULAR

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Apresentação e Contextualização da experiência

A política de educação escolar indígena só foi implementada no território Parakanã a partir de 2017, paralela à 2ª Conferência de Educação Escolar Indígena e em decorrência do protagonismo das lideranças que apresentaram demandas de escolarização dentro do território.

A Terra Indígena Parakanã está disposta sobre os municípios de Itupiranga e Novo Repartimento, no Sudeste do Pará, nas redondezas do rio Tocantins, tangenciando a Rodovia BR 230, conhecida como Transamazônica e somando um total de 351 mil hectares de extensão.

Os contatos iniciais com a população ocorreram em decorrência da abertura da Transamazônica, onde ocorreu o contato do grupo Oriental, em meados dos anos 1970. Posteriormente, em decorrência das obras da Hidrelétrica de Tucuruí, foram contatados o grupo Ocidental, no final da década de 1970 e início de 1980.

A região é caracterizada pelo agronegócio, remetendo a terra indígena a uma ilha verde em meio a monocultura, *commodities* e pastos. É uma localidade marcada por conflitos, o mais recente culminou na morte de três caçadores que estavam realizando a atividade ilegal, dentro do território indígena e como repercussão, acirrou o ódio dos demais cidadãos de Novo Repartimento, deixando os indígenas em estado de sítio, impedidos de circular na região, sob ameaça de morte.

A busca pela autonomia vem de um processo contínuo, desde os primeiros contatos. Nesse sentido foi criado o Programa Parakanã que assumiu certa tutela da população, a partir de um convênio entre Funai e Eletronorte. A gestão executava de forma específica as principais políticas de assistência, o que restringia o acesso aos serviços e políticas ofertadas pelos entes federados ao entorno. Dessa forma, era urgente que a nova geração pudesse compreender os elementos



necessários para relação com os *toria* (não indígenas), através de domínio de códigos vitais para promover essa relação e seguir com seus projetos de vida e autonomia. Assim, iniciaram a longa jornada de mobilização em defesa de uma educação escolar indígena, específica e diferenciada, dentro do território e que atendesse às suas necessidades.

Os indígenas costumam praticar caça, pesca, roça e extrativismo, vendendo seu excedente da produção nos comércios locais e sempre se fazem presentes reclamações de pagamentos injustos e ausência de igualdade entre o pagamento de produtos dos não indígenas e dos indígenas, isso acentuou a necessidade dos parentes em dominar os códigos dos não indígenas, utilizando suas ferramentas para otimizar a venda de seus excedentes.

Nesse sentido, surgiu o curso técnico profissionalizante em Agroecologia, com destaque para a importância do curso em colocar a população dentro do espaço acadêmico dos não indígenas, além de fornecer referências complementares para uso na gestão territorial. Sua construção foi feita de forma conjunta com indígenas, Funai, IFPA e Programa Parakanã, nos anos de 2018 e 2019, com o ano letivo iniciado em 2020.

Para tanto, foi considerada a experiência que o Campus Rural do IFPA de Marabá, região Sudeste do Pará, com povos indígenas do Sul e Sudeste do Pará, na formação de cerca de 20 indígenas no curso de técnico profissionalizante em Agroecologia, em 2017, para apresentar a demanda de cursos técnicos profissionalizantes que pudessem ajudar os Parakanã na proteção territorial, geração de renda, benefício de produtos do extrativismo, entre outros. Associando os conhecimentos tradicionais dos indígenas e os conhecimentos dos não indígenas e dessa forma usar o conhecimento dos *toria* como promotor da autonomia dentro de um processo de extermínio histórico.

Outro relato a ser pontuado é a implementação de curso FIC (formação inicial e continuada) em agroecologia para o povo Kayapó do Sul do Pará. Em uma contextualização, o período compreendido entre 2010 e 2014 caracterizou-se pela abertura do diálogo das comunidades Kayapó do sul do Pará com atores envolvidos em dois grandes empreendimentos, Belo Monte e Onça Puma, que impactaram os territórios e as comunidades Kayapó habitantes das TIs Kayapó, Las Casas e região Nordeste da TI Menkragnoti.

Devido a um conjunto de fatores, incluindo o aumento do preço do ouro no mercado internacional, a pressão sob as lideranças e territórios Kayapó aumentou consideravelmente a partir de 2014, justamente no ano em que foi iniciada a implementação do Componente Indígena Kayapó do Plano Básico Ambiental do empreendimento Onça Puma. Como consequência da grande valorização do ouro, foi iniciado um novo ciclo de garimpo de ouro na TI Kayapó, caracterizado pela intensificação e/ou reabertura de jazidas antigas localizadas nas regiões nordeste e leste da TI Kayapó assim como de garimpos antigos e novos ao longo do rio Branco



e seus afluentes. Como resultado, a área desmatada acumulada nos últimos sete anos (2015-2021) na Terra Indígena Kayapó, associada à atividade garimpeira (10.271 ha), foi quatro vezes maior que a área total desmatada acumulada neste território ao longo das três décadas anteriores.

As aldeias Moidjam e Turedjam, localizadas às margens do rio Branco, figuram entre as áreas com maior incidência de garimpo na TI Kayapó. A partir de 2020, com apoio de técnicos da empresa Sete Soluções e Tecnologia, contratada pela empresa Vale S.A. para implementar o programa de etnodesenvolvimento no âmbito do PBA – CI Kayapó, essas comunidades decidiram dedicar-se ao cultivo de cacau (*Theobroma cacao L*), como alternativa de geração de renda sustentável.

Na aldeia Moidjam foi realizada limpeza da área e plantio de 2.960 mudas de cacau, consorciadas com banana e essências florestais. Na aldeia Turedjã foram plantadas 1.600 mudas de cacau. Na área do projeto, a Equipe Técnica do PBACI observou o percentual de 60% da cultura do cacau com bom desenvolvimento, no entanto, com muitas ervas invasoras na área, podendo ocasionar estiolamento das plantas. Foi constatada igualmente a necessidade de acompanhamento técnico e capacitação dos indígenas para o cultivo de cacau.

Tendo em vista que a Funai assinou um Acordo de Cooperação Técnica com o IFPA em 2019, visando estabelecer parceria para implementação de cursos de formação profissional junto aos povos indígenas do Estado do Pará, foi iniciada uma tratativa com os técnicos do campus de Marabá para estruturação de curso voltado para a capacitação dos indígenas Kayapó no manejo do cacau a ser implementado durante o segundo semestre de 2023.

Atualmente, algumas famílias Kayapó começaram a comercializar parte da produção, ainda em uma escala bastante modesta, mas com perspectivas de crescimento, com bom retorno financeiro, fato que tem sensibilizado membros de outras comunidades a se mobilizarem para encontrar alternativas para além do garimpo, a exemplo do que está sendo registrado nas aldeias Moidjã e Turedjã.

Desenvolvimento da experiência

Entre os anos de 2018 e 2019, ocorreram reuniões institucionais e locais com a comunidade Parakanã para desenhar o formato do curso que deveria fornecer os elementos necessários para enfrentar os não indígenas e seu mercado de competição, atuando sempre com vistas na autonomia das gerações. Nesse processo estiveram presentes a comunidade indígena, docentes do IFPA, técnicos da FUNAI e Programa Parakanã. Os indígenas foram protagonistas na construção apresentando suas necessidades e atuando como interlocutores entre a comunidade e as instituições, visto da comunicação na língua materna.

O curso de Agroecologia, formatado conjuntamente com os indígenas, apresentou interesse de 100 alunos Parakanã, com idade entre 19 e 45 anos, dispostos por 18



aldeias, em sua maioria do sexo masculino, já que a atuação, dentro das demandas levantadas, é prioritariamente masculina, na cultura Parakanã.

Desafios

O curso para o povo Parakanã ficou disponível em 2020, após inúmeras jornadas burocráticas e a conclusão de um Acordo de Cooperação Técnica entre Funai e IFPA, o qual formatou a realização das atividades acadêmicas e responsabilidades de execução. As aulas aconteceriam dentro do território, no formato de alternância pedagógica, em dois tempos diferente, Tempo Escola, onde as disciplinas são ministradas em sala de aula com parte teórica, e tendo necessidade aulas práticas e Tempo Aldeia, dessa feita os educandos fazem trabalhos de pesquisa, vinculados aos componentes curriculares discutidos em sala de aula, nas aldeias acompanhados com visitas, de professores/pesquisadores, durante esse tempo em algumas aldeias discutidas em sala de aula antes do Tempo Aldeia, para tiradas de dúvidas e ajuda na sistematização dos dados. Para isso precisava-se construir estruturas para aulas, recebimento dos alunos, professores e demais técnicos e colaboradores para execução das atividades escolares. Em relação a esse quesito, o Programa Parakanã atuou como financiador dos espaços e com fornecimento de alimentação para os envolvidos, além de ofertar uma ajuda de custo para os indígenas, a maioria pais de família que deixavam suas aldeias, roças e demais atividades de sobrevivência para participação nas aulas, durante 20 dias.

O IFPA apesar de apresentar limitação orçamentária, sempre se mostrou disponível para a realização do curso, porém não conseguiria custeá-los fora do campus. Outro desafio do instituto seria de manter docentes atuando dentro do território, já que estavam acostumados a ofertarem cursos nos espaços do Campus Rural. Reuniões de alinhamento e até sensibilização foram realizadas, diálogos e planejamento das disciplinas e formação promovida por grupo de pesquisa do campus, levando em consideração a especificidade do território e dos indígenas.

As aulas iniciaram em fevereiro de 2020, poucos dias antes do decreto nº 6 de 20 de março de 2020, que anunciou estado de calamidade pública em razão da pandemia de Covid-19 em território nacional, fato que marcou a suspensão das aulas até um novo retorno. Durante o período pandêmico não foi possível realizar nenhum formato de aula, presencial ou online, devido à dificuldade na rede de comunicação dentro da TI, sinal precário de internet e ausência de sinal telefônico. Os indígenas questionavam o retorno, pois já haviam passado por um longo período de construção e formalização do curso. Comparavam os procedimentos adotados nas escolas dos não indígenas e a repercussão dessa demora na conclusão do curso e formação dos indígenas. Foi difícil compreender a distância do IFPA do território, mas precisava-se manter os protocolos exigidos pelas entidades de saúde. Durante esse período foram feitos contatos esporádicos com os indígenas através de aplicativos de celular, apesar que de forma precária por conta dos motivos já descritos.

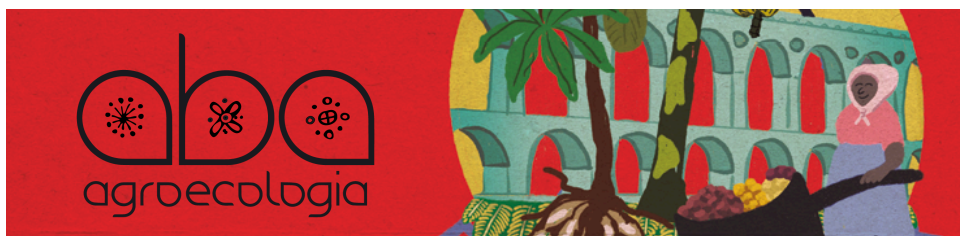


Aconteceram algumas visitas nas Aldeias por parte do IFPA e Funai acompanhados por funcionário do Programa Parakanã para responder aos questionamentos dos estudantes indígenas a respeito da demora no reinício das aulas. Essas visitas foram essenciais para não haver mais desistências do que houve. Vale ressaltar que a falta de uma estrutura dentro da TI Parakanã com segurança, sala de aulas e logísticas para abrigar estudantes, funcionários do programa, servidores da Funai e do IFPA não existe e que oferecesse além da estrutura segurança para exercício do magistério sem preocupações externas ao ensino nos dois cursos. A preocupação com a violência, demonstrada pelos munícipes de Novo Repartimento, principalmente com a integridade física dos parentes, fizeram lideranças e estudantes e repensarem seu posicionamento com relação ao recomeço das aulas e aumentou a responsabilidade das instituições envolvidas com a execução do curso. As visitas em suma deixavam por um lado frustrados por notícias negativas ao início das aulas, mas, por outro lado, sentiam-se acolhidos pela preocupação com responsabilidade que as entidades demonstraram, através de argumentos, sobre a integridade física dos awaete.

Em abril e 2022 aconteceu o retorno esperado, finalmente as aulas seriam realizadas e restabelecidas as aulas, porém, na segunda semana, durante o período de aulas ocorrido no espaço Taxaokwakerá, os estudantes foram surpreendidos pelos familiares de três jovens que estavam caçando ilegalmente na TI e desapareceram há um dia, sendo vistos próximos aos limites da TI. Um clima de tensão foi instalado e os indígenas foram acusados pelo desaparecimento dos jovens. Cinco dias depois os jovens foram encontrados mortos, dentro da TI. A população da cidade iniciou um circuito de ódio, ameaças e acusações aos indígenas e aos técnicos que atuavam junto a população, tornando inseguro o trânsito dentro e nas proximidades do território. Os Parakanã foram impedidos de adentrar na sede do município de Novo Repartimento. Diante desse quadro de insegurança, as aulas foram suspensas novamente, até que soluções fossem tomadas para contorno do cenário.

Foi instalado um quadro de insegurança alimentar pois não era possível sair para aquisição de mantimentos e insumos para roça. Muitos acampamentos foram criados em lugares remotos, dentro da TI, o que dificultava o acesso aos indígenas, de forma intencional, claro! Muitas roças foram abandonadas, as atividades de caça ficaram limitadas, mulheres, idosos e crianças ficaram amedrontadas e temiam qualquer não indígena adentrando o território, os processos sociais foram interrompidos e a comunidade se manteve em estado de sítio.

A Força Nacional foi solicitada para manter a segurança dos indígenas que trafegavam especialmente pela Transamazônica, assim como técnicos e colaboradores das instituições. Foi necessário que as aulas fossem redirecionadas para outro espaço mais seguro, pois o Taxaokwakerá ficava nos limites da TI, às margens da Transamazônica, o que tornava vulnerável a manutenção das aulas no local. Durante esse período foram registrados muitos incidentes com pessoas que



trabalham com os indígenas, sejam eles do Programa Parakanã, da Funai e da SESAÍ.

Após meses de debate e discussão com os indígenas e instituições envolvidas, um novo espaço foi direcionado para realização das aulas, trata-se do espaço da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia FATA, entidade dos movimentos sociais da região dirigido pela Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da Agricultura FETAGRI, localizado no Km 09 da Transamazônica (BR 230), dentro da jurisdição territorial do município de Marabá. As aulas retornaram em fevereiro deste ano, porém contou com a desistência de pelo menos 30% dos educandos que cansaram de esperar a superação de todos os obstáculos e se direcionaram a outros cursos de ensino médio na cidade ou somente abandonaram pois não se sentiam seguros em sair do território, pois as ameaças ainda são presentes.

Existem muitos desafios para além da pandemia e sinistros dentro do território do Povo Awaete/Parakanã e Kayapó, um deles é a língua, o que é em parte sanado pela presença de dois tradutores indígenas em sala de aula e a linguagem técnica própria dos não indígenas em disciplinas técnicas, outro desafio é encontrar o número de dias entre o Tempo Escola e Tempo Aldeias para equilibrar as atividades produtivas, o calendário sociocultural e as atividades escolares.

Outro problema constatado, de forma interna ao IFPA é o fluxo de professores em alguns componentes curriculares, como afastamento para formação, qualificação dos docentes e mudanças do quadro de docentes em decorrência da mudança de domicílios o que demanda nova formação dos docentes a respeito da cultura e experiências vividas durante o percurso formativo das turmas de agroecologia e magistério indígenas.

Principais resultados alcançados

Os principais destaques, em relação ao que foi alcançado, do ponto de vista material e concreto, é que os indígenas apesar dos desafios continuam, em sua maioria, presentes na formação, e continuam motivados a terminar os estudos. Outro aspecto positivo é a reativação do espaço da FATA com atividades de formação, principal motivo de sua criação, do ponto de vista intelectual e imaterial, essas experiências com o Povo Awaete e futuramente com povo Kayapó, traz aprendizados vários da sua cultura de seus objetivos de suas dificuldades de seus sonhos, para o IFPA, potencialmente, a ampliação dos cursos aos indígenas da região, verticalização dos estudos já oferecidos e a motivação de criação de novos horizontes para envolvimento destes com seus direitos e melhorias no sistema de produção adequação do ensino vigente a sua realidade. Mesmo inicial os indígenas começam a questionar a comercialização e possibilidades de agregação de valor aos produtos e seu bem-estar. Outro assunto recorrente é certamente o mundo das leis, principalmente a constituição de 1988 e as leis educacionais do país.



Disseminação da experiência

A experiência aqui descrita fomenta e amplia a discussão de execução da educação escolar indígena no Instituto Federal do Pará, em outros campi da rede, abre possibilidades de melhorar e ampliar os atendimentos aos povos indígenas nas regiões de atuação do Instituto, oportuniza aos docentes viverem e ampliarem seus conhecimentos sobre a educação e pesquisa para aprendizados e valorização dos saberes e cultura indígena. Outro aspecto, com relação aos potenciais, é a possibilidade de construir uma rede de discussão da agroecologia, procedimentos e técnicas agroecológicas sob o olhar dos indígenas e trabalhar na ampliação e melhoria dos seus sistemas de produção através dos princípios agroecológicos.